

Tribunal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em 01 de fevereiro de 2013.

DESEMBARGADOR LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL

PORTARIA Nº 136/2013

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais, dando cumprimento à decisão do Tribunal Pleno, tomada na Sessão Ordinária nº 04/13-TJ, de 31 de janeiro de 2013, protocolizado neste Tribunal sob nº 8501676-88.2013.8.06.0000 – TJ.

RESOLVE designar os Juízes de Direito Drs. **Francisco Mauro Ferreira Liberato**, Titular da 21ª Vara Cível de Fortaleza; **João Everardo Matos Biermann**, Titular da 20ª Vara de Família de Fortaleza; **Marcelo Roseno de Oliveira**, Juiz Auxiliar de Fortaleza e **Neuter Marques Dantas Neto**, Titular da 2ª Vara de Família e Sucessões de Caucaia, para, com prejuízo de suas funções, exercerem as atribuições de Juízes Corregedores Auxiliares para o biênio 2013/2015, com lotação na Corregedoria Geral da Justiça.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 31 de janeiro de 2013.

Desembargador LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 137/2013

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e considerando a decisão do Tribunal do Pleno nº 04/2013-TJ, de 31 de janeiro de 2013.

RESOLVE designar o Dr. **ANTONIO CARLOS PINHEIRO KLEIN FILHO**, Juiz de Direito Titular da 4ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza, para, com prejuízo de suas funções, Coordenar a Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 1º de fevereiro de 2013.

Desembargador LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 138/2013

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que é previsto no art. 2º da Resolução nº 14, de 10 de julho de 2008, deste Tribunal,

RESOLVE designar o Dr. **JOSUÉ DE SOUSA LIMA JÚNIOR**, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Iguatu, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Comarca de Catarina, durante vacância, revogando as disposições em contrário, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, ao 1º de fevereiro de 2013.

Desembargador LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 139/2013

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e considerando a decisão do Tribunal do Pleno nº 04/2013-TJ, de 31 de janeiro de 2013, com supedâneo nos art. 4º e 7º da Resolução nº 04, de 4 de fevereiro de 2010, publicada no Diário da Justiça de 10 de fevereiro de 2010.

RESOLVE convocar o Dr. **AGENOR STUDART NETO**, Juiz de Direito titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Senador Pompeu, para, com prejuízo de suas atribuições, exercer as funções de Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 01 de fevereiro de 2013.

Desembargador LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO
PRESIDENTE

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8501608-41.2013.8.06.0000, **RESOLVE** aposentar voluntariamente por tempo de contribuição, a partir de 30 de janeiro de 2013, **EDITE BRINGEL OLINDA ALENCAR**, no cargo de Desembargadora, Matrícula nº 94102.1/0, nos termos do art. 3º, incisos I, II e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2005, **ATRIBUINDO-LHE** o provento mensal no valor de R\$ 24.117,62 (vinte e quatro mil, cento e dezessete reais e sessenta e dois centavos), conforme Lei estadual nº 14.688, de 30 de abril de 2010, publicada em 12 de maio de 2010, que alterou a Lei estadual nº 14.527, de 08 de dezembro de 2009, publicada em 11 de dezembro de